

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 57.410 - SP (2018/0103791-9)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : BRUNO SILVA HENARES  
**ADVOGADOS** : VIVIAN PATRÍCIA SATO YOSHINO - SP172172  
MARINA DE SOUZA CINTRA - SP373048  
**RECORRIDO** : ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : ANA CARLA MALHEIROS RIBEIRO E OUTRO(S) - SP181735

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, interposto por BRUNO SILVA HENARES, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA. Concurso público para Oficial Administrativo Padrão 1-A das Organizações Policiais Militares deste Estado. Falta de nomeação e posse. Conquanto, em observância à força normativa do princípio do concurso público, os candidatos aprovados no certame dentro do número de vagas tenham direito subjetivo à nomeação (e à consequente posse), tal direito não ostenta índole absoluta, na medida em que, em situações excepcionalíssimas, objetiva e concretamente demonstradas, poderá a Administração Pública deixar de prover tais vagas. No caso, o Chefe do Poder Executivo Estadual evidenciou que a grave crise político-econômica nacional e a diminuição na arrecadação de tributos estaduais foram os fatores legitimadores da recusa à nomeação de todos os aprovados, sob pena de violação do limite prudencial de dispêndios com folha de pessoal (Lei Complementar nº 101/2000, art. 22, parágrafo único, IV). Situação que se amolda no precedente do Col. STF (RE nº 598.099/MS - Tese nº 161 da Repercussão Geral). Legalidade do ato administrativo impugnado. Inexistência do direito líquido e certo alegado. Precedentes deste Colegiado. SEGURANÇA DENEGADA" (fl. 408e).

Inconformada, sustenta a parte agravante que:

"Como visto, a autoridade coatora ignorou o direito do recorrente, em manifesto ato eivado de ilegalidade e que padece de vícios graves que ensejam a sua nulidade.

Em síntese, o juízo *a quo* entendeu pela ausência de direito líquido e certo do recorrente por entender que a justificativa da situação de excepcionalidade - particularidades econômicas que advieram sem previsão - a qual ensejou a negativa de nomeação e posse, não vislumbrou a existência do direito líquido e certo alegado pelo

impetrante, ora recorrente.

Contudo, o remédio constitucional impetrado comprovou totalmente que o recorrente possui direito líquido e certo à nomeação, uma vez que foi aprovado e posteriormente classificado dentro do número de vagas previstas no edital do concurso, cujo prazo de validade já expirou, bem como que a justificativa apresentada pelo Poder Público não era capaz de retirar o referido direito do mesmo.

Posta esta premissa, cumpre-nos consignar, que é pacífica a orientação jurisprudencial dos Tribunais Superiores no que diz respeito à existência de direito líquido e certo à convocação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas pelo edital. É o que se depreende dos seguintes julgados colacionados *in verbis*:

(...)

Ocorre que, ao prever no Edital determinado número de vagas, resta limitada a discricionariade do Poder Público, fazendo da nomeação do candidato um ato vinculado, ou seja, um dever da administração pública, ressalvada a possibilidade de situações excepcionálíssimas que justifiquem soluções diferenciadas.

Cabível trazer à colação trecho da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 598.099/MS, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, que bem analisou o tema debatido:

(...)

CUMPRE REPISAR QUE, CONFORME ENTENDIMENTO ACIMA TRANSCRITO, A RECUSA DA NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS SE DÁ EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, QUE SEJAM CALCADAS EM FATOS SUPERVENIENTES AO EDITAL, TAL MEDIDA DEVE SER EXTREMAMENTE NECESSÁRIA E DEPENDE DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE NÃO HÁ OUTROS MEIOS MENOS GRAVOSOS PARA LIDAR COM A SITUAÇÃO.

(...)

No entanto, a despesa com pessoal é contínua para a Administração Pública e não configura situação imprevisível a justificar a recusa de nomeação de candidato aprovado dentro do número de vagas.

E ainda, a previsão orçamentária é feita para as despesas ordinárias, porém deve também levar em conta determinados gastos não previstos especificamente, mas que constituem responsabilidade da Administração Pública.

Assim, não se pode olvidar que o concurso público somente pode ser realizado com a previsão na lei orçamentária, a fim de que haja dotação respectiva, uma vez que a realização do certame implicará novas despesas com a contratação de mais pessoal para o serviço público.

(...)

Portanto, além das garantias de publicidade, isonomia, transparência,

entre outras, o direito à nomeação também representa uma garantia fundamental da plena efetividade do princípio do concurso público. Até mesmo porque, o mero oferecimento das vagas, sem preenchimento destas, é prática que viola o preceito do art. 37, I, da Constituição Federal, constituindo verdadeira forma ilegal de arrecadação de recursos, O QUE NÃO SE PODE PERMITIR" (fls. 432/439e).

Contrarrazões, a fls. 452/466e.

MPF manifestou-se pelo improvimento do recurso (fls. 494/500e).

O candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital do certame possui direito subjetivo à nomeação ao cargo público ofertado, conforme definiu o Pleno do Supremo Tribunal Federal, com base no art. 37, **caput**, e inciso IV, da Constituição Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 598.099/MS, em regime de repercussão geral, Relator o Ministro GILMAR MENDES, assim ementado:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. CONCURSO PÚBLICO. PREVISÃO DE VAGAS EM EDITAL. DIREITO À NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS.

I. DIREITO À NOMEAÇÃO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. Dentro do prazo de validade do concurso, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, a qual, de acordo com o edital, passa a constituir um direito do concursando aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao poder público. Uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas.

II. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. BOA-FÉ. PROTEÇÃO À CONFIANÇA. O dever de boa-fé da Administração Pública exige o respeito incondicional às regras do edital, inclusive quanto à previsão das vagas do concurso público. Isso igualmente decorre de um necessário e incondicional respeito à segurança jurídica como princípio do Estado de Direito. Tem-se, aqui, o princípio da segurança jurídica como princípio de proteção à confiança. Quando a Administração torna público um edital de concurso, convocando todos os cidadãos a participarem de seleção para o preenchimento de determinadas vagas no serviço público, ela impreterivelmente gera uma expectativa quanto ao seu comportamento segundo as regras previstas nesse edital. Aqueles cidadãos que decidem se inscrever e participar do certame público depositam sua confiança no Estado administrador, que deve

atuar de forma responsável quanto às normas do edital e observar o princípio da segurança jurídica como guia de comportamento. Isso quer dizer, em outros termos, que o comportamento da Administração Pública no decorrer do concurso público deve se pautar pela boa-fé, tanto no sentido objetivo quanto no aspecto subjetivo de respeito à confiança nela depositada por todos os cidadãos.

III. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO. CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO.

**Quando se afirma que a Administração Pública tem a obrigação de nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, deve-se levar em consideração a possibilidade de situações excepcionalíssimas que justifiquem soluções diferenciadas**, devidamente motivadas de acordo com o interesse público. Não se pode ignorar que determinadas situações excepcionais podem exigir a recusa da Administração Pública de nomear novos servidores. **Para justificar o excepcionalíssimo não cumprimento do dever de nomeação por parte da Administração Pública, é necessário que a situação justificadora seja dotada das seguintes características: a) Superveniência:** os eventuais fatos ensejadores de uma situação excepcional devem ser necessariamente posteriores à publicação do edital do certame público; **b) Imprevisibilidade:** a situação deve ser determinada por circunstâncias extraordinárias, imprevisíveis à época da publicação do edital; **c) Gravidade:** os acontecimentos extraordinários e imprevisíveis devem ser extremamente graves, implicando onerosidade excessiva, dificuldade ou mesmo impossibilidade de cumprimento efetivo das regras do edital; **d) Necessidade:** a solução drástica e excepcional de não cumprimento do dever de nomeação deve ser extremamente necessária, de forma que a Administração somente pode adotar tal medida quando absolutamente não existirem outros meios menos gravosos para lidar com a situação excepcional e imprevisível. De toda forma, a recusa de nomear candidato aprovado dentro do número de vagas deve ser devidamente motivada e, dessa forma, passível de controle pelo Poder Judiciário.

IV. FORÇA NORMATIVA DO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO. Esse entendimento, na medida em que atesta a existência de um direito subjetivo à nomeação, reconhece e preserva da melhor forma a força normativa do princípio do concurso público, que vincula diretamente a Administração. É preciso reconhecer que a efetividade da exigência constitucional do concurso público, como uma incomensurável conquista da cidadania no Brasil, permanece condicionada à observância, pelo Poder Público, de normas de organização e procedimento e, principalmente, de garantias fundamentais que possibilitem o seu pleno exercício pelos cidadãos. O reconhecimento de um direito subjetivo à nomeação deve passar a impor limites à atuação da Administração Pública e dela exigir o

estrito cumprimento das normas que regem os certames, com especial observância dos deveres de boa-fé e incondicional respeito à confiança dos cidadãos. O princípio constitucional do concurso público é fortalecido quando o Poder Público assegura e observa as garantias fundamentais que viabilizam a efetividade desse princípio. Ao lado das garantias de publicidade, isonomia, transparência, impessoalidade, entre outras, o direito à nomeação representa também uma garantia fundamental da plena efetividade do princípio do concurso público. V. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO" (STF, RE 598.099/MS, Rel. Ministro GILMAR MENDES, TRIBUNAL PLENO, DJe de 03/10/2011).

No caso, das informações prestadas (fls. 342/359e), alega-se, em síntese, que o risco iminente de a despesa com pessoal do Estado de São Paulo atingir o limite prudencial de 46,55% da receita corrente líquida, contido no art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, durante todo o período de validade do certame, em face do cenário de crise econômico-financeira e queda da arrecadação, constituiu razão bastante para que a Administração Pública, como medida de contenção fiscal e a fim de evitar lhe fossem impostas as sanções legais decorrentes da transposição do citado limite, deixasse de admitir os candidatos aprovados.

Nesse diapasão, narra-se que o projeto inicial de incremento do quadro de servidores da PMSP viu-se frustrado diante da superveniência de grave recessão econômica a partir de 2015. Por conseguinte, o Poder Executivo Estadual foi levado a editar os Decretos Estaduais 61.131/2015, 61.132/2015, 61.466/2015, 61.785/2016, 61.802/2016 e 62.409/2017, voltados à implementação de providências para redução de despesas de custeio e pessoal.

Dentre tais atos normativos, o Decreto Estadual 61.466/2015, em seu art. 1º, veda, salvo por autorização do Governador, em caráter excepcional, "mediante fundamentada justificativa dos dirigentes dos órgãos e das entidades referidas no 'caput' deste artigo e aprovada pelas Secretarias de Planejamento e Gestão e da Fazenda", a admissão, a contratação de pessoal e o aproveitamento de remanescentes na Administração direta, indireta e fundacional do Estado.

Argumenta-se que "não há cabimento em aceitar que é absoluto e irrestrito o direito à nomeação do aprovado em concurso público dentro do número de vagas previstas no edital, considerando-se que sequer o servidor estável, menos ainda do não estável, têm direito de permanecer no cargo, se forem ultrapassados os limites de despesa com pessoal" (fls. 351/352e).

Assim, ponderando as prioridades da gestão pública e considerando a natureza de atividade-meio do cargo de Oficial Administrativo da Polícia Militar, defende-se legítima, **in casu**, na esteira das balizas estipuladas pela Suprema Corte, a relativização do

direito dos candidatos aprovados dentro do número de vagas estabelecido no edital da seleção.

Contudo, consoante a jurisprudência prevalecente no âmbito do STJ, tais justificativas não perfazem a demonstração inequívoca de circunstâncias extraordinárias, caracterizadas pelos atributos de superveniência, imprevisibilidade, gravidade e necessidade, aptas a elidir o direito subjetivo à nomeação.

Por envolverem situações análogas à dos presentes autos, relativas ao mesmo certame, colacionam-se os seguintes precedentes desta Corte:

“ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. OFICIAL ADMINISTRATIVO PMSP. CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO DENTRO DAS VAGAS OFERTADAS. RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA NO CURSO DA AÇÃO MANDAMENTAL. IMPOSSIBILIDADE.

**1. A restrição orçamentária pode afastar o dever de nomear, se a situação excepcional invocada se revestir, cumulativa e concomitantemente, das características de (a) superveniência; (b) imprevisibilidade; (c) gravidade; e, (d) necessidade.** Precedentes da Corte Especial do STJ (AgInt no RE no RMS 53.341/AM, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 03/08/2018) e do STF, em repercussão geral (RE 598099, Rel. Ministro GILMAR MENDES, TRIBUNAL PLENO, DJe de 3/10/2011). **Essas condições não foram demonstradas no caso concreto.**

2. A notória impossibilidade de dilação probatória, quando já em curso a ação mandamental, inviabiliza o acolhimento das alegações não suportadas em provas documentais inequívocas, apresentadas já com a exordial, ou com as informações oportunamente prestadas pela autoridade impetrada.

3. No que tange à aplicação dos precedentes, o quadro fático delineado nestes autos em nada se diferencia de outros tantos que aqui aportaram e nos quais esta Corte, exatamente por atentar para a atipicidade da situação – violadora de direito líquido e certo –, deliberou por reformar os acórdãos recorridos e conceder a ordem.

4. Agravo interno não provido” (STJ, RMS 60.341/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/05/2019).

“PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATA APROVADA DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. DIREITO À NOMEAÇÃO. EXISTÊNCIA. TESE FIRMADA EM REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.

598.099/MS - TEMA 161. AUSÊNCIA DE EXCEPCIONALIDADE CAPAZ DE JUSTIFICAR A NÃO APLICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Caso em que **a Impetrante logrou aprovação, na 8ª classificação, no concurso público para o cargo de Oficial Administrativo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no qual havia previsão de 17 (dezesete) vagas para a região escolhida.**

III - O Supremo Tribunal Federal, em julgamento submetido ao rito da repercussão geral (RE n. 598.099/MS), fixou orientação segundo a qual o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previstas no edital possui direito subjetivo à nomeação.

IV - **Na espécie, o Estado de São Paulo não apresentou justificativa clara e suficiente para que fossem caracterizadas todas situações excepcionálissimas definidas no paradigma, capazes de legitimar a recusa na nomeação.**

V - Recurso Ordinário provido, para reconhecer o direito líquido e certo à nomeação" (STJ, RMS 58.080/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 22/03/2019).

"ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. NOMEAÇÃO, OBSERVA JUÍZO DE OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA. O ESTADO DE SÃO PAULO NÃO APRESENTOU JUSTIFICATIVA SUFICIENTE E CLARA PARA QUE FOSSEM CARACTERIZADAS AS SITUAÇÕES EXCEPCIONALÍSSIMAS ACIMA DELINEADAS. ALERTA POR PARTE DO TRIBUNAL DE CONTAS EM RELAÇÃO À PROXIMIDADE DO LIMITE PRUDENCIAL DA LRF PARA OS GASTOS DO PODER EXECUTIVO COM PESSOAL E ENCARGOS NÃO CONFIGURA, POR SI SÓ A PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO.

I - Na origem, **cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, contra ato supostamente omissivo do Governador do Estado de São Paulo que objetiva a nomeação e posse no cargo de Oficial Administrativo Padrão 1-A da Polícia Militar do Estado de São Paulo, uma vez que obteve aprovação em concurso público na 8ª colocação, dentro do número de vagas. No Tribunal *a quo*, a segurança foi denegada.**

II - O candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital possui mera expectativa de direito à nomeação, convolvendo-se em direito subjetivo somente na hipótese de comprovação do surgimento

de cargos efetivos durante o prazo de validade do concurso público, bem como o interesse da Administração Pública em preenchê-las. Neste sentido: AgRg no RMS n. 43.596/PR, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 21/3/2017, DJe 30/3/2017; AgInt no RMS n. 49.983/DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 14/3/2017, DJe 20/3/2017; AgRg nos EDcl no RMS n. 45.117/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 3/2/2017.

III - Por outro lado, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que o candidato aprovado dentro do número de vagas ofertadas em edital de concurso público tem o direito público subjetivo à nomeação, não podendo a Administração Pública dispor desse direito.

IV - No entanto, o momento em que, dentro do prazo de validade do certame, a nomeação ocorrerá, observa juízo de oportunidade e conveniência. Neste sentido: RMS n. 53.898/MS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 13/6/2017, DJe 21/6/2017; RMS n. 49.942/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 1º/3/2016, DJe 19/5/2016.)

V - Cabe ressaltar que a mera existência de vagas, ou mesmo a criação de novas vagas, não se traduz em inequívoco interesse público no seu preenchimento, uma vez que cabe à própria Administração Pública, valendo-se de seu juízo de conveniência e oportunidade, determinar o momento em que aquelas serão preenchidas, bem como a quantidade de convocações.

VI - Embora a jurisprudência desta Corte Superior reconheça que o candidato aprovado dentro do número de vagas ofertadas em edital de concurso público possui direito subjetivo à nomeação, não podendo a Administração dispor deste direito, admite-se a possibilidade de não nomeação em situações específicas, plenamente justificadas.

VII - Este é o entendimento firmado em regime de repercussão geral pelo STF ao julgar o RE n. 598.099/MS, da relatoria do Ministro Gilmar Mendes. Nesta oportunidade, ficaram definidas as possíveis situações excepcionálíssimas que poderiam justificar o fato de a Administração não cumprir as normas que regem o certame. VIII - São elas: a) Superveniência: os eventuais fatos ensejadores de uma situação excepcional devem ser necessariamente posteriores à publicação do edital do certame público; b) Imprevisibilidade: a situação deve ser determinada por circunstâncias extraordinárias, imprevisíveis à época da publicação do edital; c) Gravidade: os acontecimentos extraordinários e imprevisíveis devem ser extremamente graves, implicando onerosidade excessiva, dificuldade ou mesmo impossibilidade de cumprimento efetivo das regras do edital; d) Necessidade: a solução drástica e excepcional de não cumprimento do dever de nomeação deve ser extremamente necessária, de forma que a Administração somente pode adotar tal

medida quando absolutamente não existirem outros meios menos gravosos para lidar com a situação excepcional e imprevisível. Neste sentido: RE n. 598.099/MS, Rel. Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 10/8/2011, DJe 3/10/2011; RMS n. 54159/AM, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 6/3/2018, DJe 13/3/2018.

**IX - Compulsando os autos, verifica-se que o Estado de São Paulo não apresentou justificativa suficiente e clara para que fossem caracterizadas as situações excepcionálíssimas acima delineadas.**

**X - O fato de existir um alerta por parte do Tribunal de Contas em relação à proximidade do limite prudencial da LRF para os gastos do Poder Executivo com pessoal e encargos não configura, por si só, os quatro requisitos necessários, estabelecidos no recurso extraordinário suprarreferido.** Nesse sentido: RMS n. 57.565/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 14/8/2018, DJe 20/8/2018.

XI - Correta, portanto, a decisão recorrida que deu provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, para reconhecer o direito líquido e certo à nomeação.

XII - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no RMS 58.627/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/12/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. OFICIAL ADMINISTRATIVO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. EXISTÊNCIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. EXPECTATIVA DE DIREITO QUE SE CONVOLA EM DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PRETERIÇÃO CONFIGURADA.

**1. Hipótese em que o recorrente foi aprovado em 18º lugar em concurso que previu 18 vagas para a cidade de Itaquaquecetuba para o cargo de Oficial Administrativo Padrão 1-A, nas organizações Policiais Militares, na área territorial do Estado de São Paulo.**

2. A jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça entende que o candidato aprovado dentro do número de vagas ofertado em edital de concurso público tem direito público subjetivo à nomeação, não podendo a Administração Pública dispor desse direito.

3. Além disso, **em relação àqueles candidatos aprovados dentro do número de vagas, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 598.099/MS, submetido à sistemática da Repercussão Geral, fixou haver direito à nomeação.**

4. Finalmente, o STJ possui entendimento sedimentado de que a

contratação de servidor em caráter temporário em detrimento de candidato aprovado em concurso público para provimento definitivo gera o direito líquido e certo à nomeação deste. Nesse sentido: MS 18.685/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 9.8.2017.

**5. Portanto, há direito líquido e certo a ser amparado pelo Mandado de Segurança.**

6. Recurso Ordinário provido" (STJ, RMS 58.416/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 27/11/2018).

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO CLASSIFICADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS INICIALMENTE. RECUSA AO DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO. FALTA DE ADEQUAÇÃO ÀS CONDICIONANTES PREVISTAS NO RE 598.099/MS.

1. A recusa da Administração Pública ao direito público subjetivo de nomeação em favor do candidato classificado dentro do número de vagas ofertadas no edital de concurso público somente se justifica se obedecidas integralmente as condicionantes previstas no RE 598.099/MS, que constitui o marco jurisprudencial regulatório desse direito.

2. Dentre essas condicionantes, **deve haver a comprovação pela Administração Pública de que não havia outros meios menos gravosos e extremos para lidar com a situação de excepcionalidade e que, portanto, a recusa constituiu a 'ultima ratio'.**

3. Recurso ordinário em mandado de segurança provido" (STJ, RMS 57.565/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/08/2018).

No mesmo norte, ilustrativamente, têm-se as seguintes decisões monocráticas: STJ, RMS 58.296/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 22/05/2019; STJ, RMS 58.081/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/05/2019; STJ, RMS 57.412/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 30/04/2019; STJ, RMS 60.341/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 22/03/2019; STJ, RMS 60.045/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/02/2019; STJ, RMS 59.268/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/02/2019; STJ, AgInt no RMS 57.880/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/12/2018.

Portanto, no caso, à míngua de justificativa suficiente e clara que

# *Superior Tribunal de Justiça*

caracterizasse a situação excepcionalíssima, prevista no julgamento do RE 598.099/MS (Rel. Ministro GILMAR MENDES, TRIBUNAL PLENO, DJe de 03/10/2011), proferido em sede de repercussão geral, e havendo negativa ao direito líquido e certo da parte impetrante à nomeação ao cargo de Oficial Administrativo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, merece reforma o acórdão recorrido, a fim de que seja concedida a segurança.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **b**, do Regimento Interno do STJ, **dou provimento** ao Recurso Ordinário, para conceder a segurança, nos termos da fundamentação.

Custas **ex lege**.

Sem honorários advocatícios, na forma do art. 25 da Lei 12.016/2009 e da Súmula 105/STJ.

Oficie-se a autoridade coatora, com urgência, na forma do art. 13 da Lei 12.016/2009.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora